

Projudi - Processo Eletrônico do Judiciário do Roraima

Início Ações 1º Grau Ações 2º Grau Parecer Citações Intimações Audiências Sessões 2º Grau Buscas Estatísticas Outros

Operação realizada com sucesso. Protocolo: 2689896820200416093134

Processo 0820366-20.2019.8.23.0010 ☆ - (288 dia(s) em tramitação)

Classe Processual: 7 - Procedimento Ordinário

Assunto Principal: 9597 - Seguro

Nível de Sigilo: Público

Informações Gerais

Informações Adicionais

Partes

Movimentações

Apensamentos (0)

Vínculos (0)

Realces

Realçar Movimentos de: ☐ Magistrado ☐ Servidor ☐ Advogado ☐ Membro MP ☐ Defensor ☐ Procurador ☐ Outros ☐ Audiência

Ocultar Movimentos: ☐ Inválidos ☐ Sem Arquivo ☐ Hab. Provisória

Filtros

Movimentado Por: ☐ Advogado ☐ Defensor Público ☐ Entidades Remessa ☐ Magistrado ☐ Procurador ☐ Servidor

Sequencial(Intervalo): ao Data do Movimento(Período): à

Descrição:

61 registro(s) encontrado(s), exibindo de 1 até 61

500 por pág.1

Seq.	Data	Evento	Movimentado Por
61	16/04/2020 09:31:34	JUNTADA DE PETIÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DA PARTE	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO
		Cumprimento de intimação - Referente ao evento JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (03/04/2020)	Procurador
<div>61.1 Arquivo: PetiçãoAss.: JOAO ALVES BARBOSA FILHO2621170IMPUGNACAOAOLAUDOPERICAL02.pdfPúblico</div>			
60	12/04/2020 01:07:25	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 04/05/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 56) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (03/04/2020) e ao evento de expedição seq. 57.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
59	07/04/2020 14:24:09	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de EDUARDO RAFAEL CAMPOS BRITO) em 04/05/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 56) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (03/04/2020) e ao evento de expedição seq. 58.	MARLON TAVARES DANTAS Advogado
58	06/04/2020 10:32:35	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de EDUARDO RAFAEL CAMPOS BRITO com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 56) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (03/04/2020)	Thiago Pacheco Pires dos Santos Analista Judiciário
57	06/04/2020 10:32:35	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento (seq. 56) JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO (03/04/2020)	Thiago Pacheco Pires dos Santos Analista Judiciário
56	03/04/2020 20:50:05	JUNTADA DE MANIFESTAÇÃO DO PERITO	SAMIR DE ARAÚJO XAUD Perito
55	01/04/2020 14:21:08	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo Perito SAMIR DE ARAÚJO XAUD) em 04/05/2020 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 48) CONVERTIDO(A) O(A) JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA (21/01/2020) e ao evento de expedição seq. 54.	SAMIR DE ARAÚJO XAUD Perito
54	30/03/2020 17:17:37	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para Perito SAMIR DE ARAÚJO XAUD com prazo de 5 dias úteis - Referente ao evento CONVERTIDO(A) O(A) JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA (21/01/2020)	Thiago Pacheco Pires dos Santos Analista Judiciário
53	30/03/2020 17:17:17	HABILITAÇÃO PROVISÓRIA Perito Oficial: SAMIR DE ARAÚJO XAUD habilitado até 29/04/2020 (30 dias)	Thiago Pacheco Pires dos Santos Analista Judiciário
52	28/02/2020 00:12:50	DECORRIDO PRAZO DE PERITO SAMIR DE ARAÚJO XAUD (Para Perito SAMIR DE ARAÚJO XAUD *Referente ao evento (seq. 48) CONVERTIDO(A) O(A) JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA(21/01/2020) e ao evento de expedição seq. 50.	SISTEMA CNJ
51	03/02/2020 00:04:51	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo Perito SAMIR DE ARAÚJO XAUD(Leitura automática em 02/02/2020 às 23:59)) em 03/02/2020 com prazo de 15 dias úteis *Referente ao evento (seq. 48) CONVERTIDO(A) O(A) JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA (21/01/2020) e ao evento de expedição seq. 50.	SISTEMA CNJ
50	22/01/2020 13:36:30	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para Perito SAMIR DE ARAÚJO XAUD com prazo de 15 dias úteis - Referente ao evento CONVERTIDO(A) O(A) JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA (21/01/2020)	Thiago Pacheco Pires dos Santos Analista Judiciário
49	22/01/2020 13:35:02	HABILITAÇÃO PROVISÓRIA Perito Oficial: SAMIR DE ARAÚJO XAUD habilitado até 22/03/2020 (60 dias)	Thiago Pacheco Pires dos Santos Analista Judiciário
48	21/01/2020 09:56:33	CONVERTIDO(A) O(A) JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA	EDUARDO MESSAGGI DIAS Magistrado
47	30/11/2019 00:05:52	DECORRIDO PRAZO DE EDUARDO RAFAEL CAMPOS BRITO (P/ advgs. de EDUARDO RAFAEL CAMPOS BRITO *Referente ao evento (seq. 38) CONCEDIDO O PEDIDO (12/11/2019) e ao evento de expedição seq. 40.	SISTEMA CNJ
46	28/11/2019 14:40:10	CONCLUSOS PARA SENTENÇA Responsável: EDUARDO MESSAGGI DIAS	EGILAINE SILVA DE CARVALHO Analista Judiciária
45	28/11/2019 14:39:55	EXPEDIÇÃO DE LEVANTAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS Referente ao evento (seq. 38) CONCEDIDO O PEDIDO (12/11/2019 08:14:17). Identificador do Cumprimento: 0003.	EGILAINE SILVA DE CARVALHO Analista Judiciária
44	23/11/2019 00:02:19	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de EDUARDO RAFAEL CAMPOS BRITO) em 22/11/2019 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 38) CONCEDIDO O PEDIDO (12/11/2019) e ao evento de expedição seq. 40.	SISTEMA CNJ
43	22/11/2019 00:09:38	DECORRIDO PRAZO DE SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (P/ advgs. de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A *Referente ao evento (seq. 38) CONCEDIDO O PEDIDO (12/11/2019) e ao evento de expedição seq. 39.	SISTEMA CNJ
42	12/11/2019 17:02:02	EXPEDIÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO Referente ao evento (seq. 38) CONCEDIDO O PEDIDO (12/11/2019 08:14:17). Identificador do Cumprimento: 0004.	EGILAINE SILVA DE CARVALHO Analista Judiciária
41	12/11/2019 14:41:41	LEITURA DE INTIMAÇÃO REALIZADA (Pelo advogado/curador/defensor de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A) em 12/11/2019 com prazo de 5 dias úteis *Referente ao evento (seq. 38) CONCEDIDO O PEDIDO (12/11/2019) e ao evento de expedição seq. 39.	JOÃO ALVES BARBOSA FILHO Procurador
40	12/11/2019 13:28:37	EXPEDIÇÃO DE INTIMAÇÃO Para advogados/curador/defensor de EDUARDO RAFAEL CAMPOS BRITO com prazo de 5 dias úteis - Referente ao	EGILAINE SILVA DE CARVALHO Analista Judiciária



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RR

Processo: 08203662020198230010

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EDUARDO RAFAEL CAMPOS BRITO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.^ª, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Assim, supostamente na posse de todos os documentos pleiteia em esfera judicial indenização referente à INVALIDEZ PERMANENTE.

Conforme análise dos documentos médicos acostados aos autos podemos verificar que não houve lesão no membro superior esquerdo, mais propriamente dito, lesão de plexo braquial, não constituindo nexos de causalidade entre a lesão apontada pelo perito e o acidente.

Em que pese o caráter social do Seguro Obrigatório DPVAT, o beneficiário legal da indenização tem que, necessariamente, preencher os requisitos legais para recebimento do referido seguro.

Após a análise da documentação fornecida pelo beneficiário legal da indenização é de suma importância, a fim de concluir se o sinistro é indenizável ou não, cumprindo ressaltar que o Seguro Obrigatório DPVAT é alvo dos mais diversos tipos de fraude.

Neste sentido, o sinistro foi cancelado administrativamente, tendo em vista que a parte não cumpriu as exigências da Lei que regula a matéria.

Noutro giro, após a nomeação de perito as partes apresentaram quesitos para que fosse verificado qual o grau de comprometimento da Invalidez apurada.

MANTENHO PERCENTUAL DE SEQUELAS EM 100% DE LESÃO DE PLEXO BRAQUIAL.

Adicionalmente, coloca-se a disposição deste juízo.

Nota-se que o i. perito utilizou os critérios de fixação de indenização do ANEXO I da Lei 6.194/74 c/c Súmula 474 do STJ, valor sobre o qual incidiu a repercussão da lesão sofrida a fim de ser fixada o quantum indenizatório.

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos NÃO atestam que existe nexos causal entre o acidente e a suposta invalidez do membro superior esquerdo, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar indiferente a estes documentos.

Como é de sabença não só é necessário, mas obrigatória, a comprovação do nexos entre a ocorrência do dano e o fato gerador do mesmo¹.

Portanto, como não há nexos de causalidade entre a invalidez e o suposto acidente noticiado, confia no alto grau de competência de Vossa Excelência, sendo certo que a presente demanda deverá ser julgada totalmente improcedente, com fundamento no artigo 487, inciso I, da Lei Processual Civil.

DO LIMITE MÁXIMO INDENIZÁVEL ESTABELECIDO NO ART. 3º DA LEI 6.194/74 - R\$ 13.500,00

DAS INDENIZAÇÕES JÁ RECEBIDAS RELATIVAS AO SEGURO DPVAT

Ademais, a Lei 6194/74, dispõe sobre os limites máximos indenizáveis para a cobertura do Seguro DPVAT:

“art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

...

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

[...]

Neste sentido, na remota hipótese de condenação, o valor indenizatório não pode exceder o limite máximo indenizável de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

BOA VISTA, 14 de abril de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/RR 451-A

SIVIRINO PAULI
101-B - OAB/RR

¹APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE NEXO CAUSAL DE QUE AS LESÕES SÃO DECORRENTES DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO OCORRIDO EM 25/12/1992. BOLETIM DE OCORRÊNCIA LAVRADO APENAS EM 12/06/2009, DEZESSETE ANOS APÓS O SUPOSTO ACIDENTE. ÔNUS DA PROVA. INCUMBÊNCIA DO AUTOR. ART. 333, I, CPC. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Não há nos autos qualquer elemento que comprove que as lesões suportadas pela apelante sejam decorrentes de acidente automobilístico. 2. A requerente sequer trouxe aos autos prova do atendimento hospitalar realizado na data do sinistro, ou ainda, prova do tratamento médico realizado decorrente das lesões alegadas. (TJ-PR 8967797 PR 896779-7 (Acórdão), Relator: Dartagnan Serpa Sa, Data de Julgamento: 24/05/2012, 9ª Câmara Cível)